



ACÓRDÃO Nº1051/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11057/2017.

Apensos: Processo nº 13114/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Câmara Municipal de Codajás

4- Exercício: 2016

5- Responsável: Carlos Alberto Farias de Freitas (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6.975 e Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4.331

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICREA

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1358/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Codajás. Exercício de 2016.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Notificação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do Sr. Carlos Alberto Farias de Freitas, responsável pela Câmara Municipal de Codajás, referente ao exercício de 2016, com fundamento no art. 22, II, da Lei Estadual n.2.423/96;

10.2. Aplicar Multa ao Sr. Carlos Alberto Farias de Freitas no valor de R\$ 8.534,00, pelo atraso dos meses de janeiro a maio, no encaminhamento de dados por meio magnético fora do prazo estabelecido no artigo 4º da Resolução nº10/2012-TCE; que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº1051/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Recomendar à Câmara Municipal de Codajás que:

- a) Que cumpra o estabelecido no parágrafo 1º do art. 67 da Lei n.8.666/93;
- b) Que cumpra o estabelecido na Lei nº 12.527/2011-Lei de acesso à informação quanto à implantação e manutenção dos Portais de Transparências e LC nº 131 de 2009.

10.4. Notificar o Sr. Carlos Alberto Farias de Freitas, com cópia do Relatório/Voto, e deste Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.

11- Ata: 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Outubro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral